

Diálogo para evitar ação judicial

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Representantes do Governo do Distrito Federal abriram o diálogo com o Ministério Público para evitar uma ação judicial que possa inviabilizar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). O governador José Roberto Arruda (DEM) pretende sancionar o projeto, apesar da recomendação de veto integral feita pelo procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra. Mas vai acatar boa parte das sugestões feitas pelos promotores em documento com 147 páginas.

Na última quinta-feira, Bandarra esteve com o chefe da Casa Civil, José Geraldo Maciel, com o consultor jurídico do governo, Eduardo Roriz, e com o procurador-geral do DF, Marcelo Galvão. Também participaram da reunião promotores de Justiça que atuam na área do Meio Ambiente e Controle de Constitucionalidade, além do secretário de Desenvolvimento Urbano, Cássio Taniuchi, o secretário-adjunto da pasta, Danilo Aucélino, e o diretor da Terracap Luiz Antônio Reis. A equipe do GDF esteve no Ministério Público para tentar mostrar que um dos pontos exigidos pelos promotores — a inclusão dos memoriais descritivos no Pdot — já está atendido.

O governo afirma que os mapas anexados ao projeto aprovado pelos deputados distritais são detalhados e delimitam as poligonais das áreas que sofreram alteração de destinação. O receio do Ministério Público é que a falta de detalhamento e das coordenadas possibilitem no futuro fraudes quanto à real localização dessas áreas. Os representantes do GDF também afirmaram que muitas das emendas parlamentares serão vetadas por Arruda. Na recomendação encaminhada ao governador, Bandarra e sua equipe aportam que Câmara Legislativa desfigurou o projeto do Executivo.

Recomendações

A Procuradoria-Geral e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente trabalham também num texto com recomendações de vetos que serão analisadas por Arruda. O prazo para sanção ou veto começou a correr ontem. Três meses e meio depois da aprovação do Pdot, o *Diário da Câmara* finalmente continha ontem em 50 páginas a redação final do projeto. Arruda terá 15 dias úteis a partir de ontem para tomar uma decisão. A intenção dele é sancionar a estrutura do Pdot no próximo dia 13. A data ainda depende, no entanto, de um acordo com a agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que o governador pretende lançar nesta data o Programa Habitacional do governo federal no DF.

As reuniões com o Ministério Público continuam na próxima semana. Os representantes do governo marcaram um novo encontro com Bandarra na terça-feira, quando deverão apresentar os mapas. Ao Correio, o procurador-geral de Justiça do DF disse que o Ministério Público não tem intenção de impedir a aplicação do Pdot e atrapalhar o processo de regularização do Distrito Federal e de criação de novas áreas urbanas. Segundo Bandarra, a aprovação de um plano de ordenamento territorial é, aliás, uma exigência do Ministério Público. Por isso, ele aceita conversar com o governo para evitar uma longa demanda judicial.

Arruda e Bandarra têm mantido um bom relacionamento desde o início da gestão dos cargos que ocupam. Em várias situações, o Ministério Público tem feito exigências e o governo tem recuado em vários pontos.